



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2012
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

PAE: 953/2012
Contrato nº XX/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, E A EMPRESA XXXX LTDA.

A **União**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, com sede Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral — **Francisco Alves Cardoso Filho**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.722 SSP/TO e do CPF nº 549.640.241-72-68 — e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 094.110.381-15 —, daqui por diante denominado **CONTRATANTE**, e a **empresa XXXX LTDA.**, com sede na Quadra XXX, Rua XXX, Lote XX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, representada por **XXXX**, brasileiro (a), portador (a) do CPF nº XXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico TRE/TO nº XX/2012, e a respectiva homologação, celebram o presente instrumento, nos termos das Lei Federal nº 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, autorizado no Processo Administrativo Eletrônico nº 953/2012, que integra este instrumento como se dele fizesse parte e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Prestação serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado no procedimento denominado “Votação Paralela”, a ser realizado no dia da eleição, 07 de outubro de 2012, no Auditório do TRE/TO, nesta Capital. O serviço tem como objetivo a filmagem das urnas eletrônicas e do ambiente de votação.

1.1.1 O objeto do presente instrumento será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

2.1. O serviço de filmagem da votação paralela será dividido em duas partes: Filmagem das Urnas Eletrônicas e Filmagem do Ambiente.

2.2. O serviço de montagem dos equipamentos de filmagem no dia da eleição, deverá estar concluída até às 19 horas do dia anterior (06/10/2012-sábado) e os trabalhos ocorrerão durante todo o dia 07/10/2012, até o completo encerramento.

2.3. A empresa vencedora deverá encaminhar um representante para participar do treinamento/simulado da Votação Paralela, no que concerne ao teste de filmagem, que será realizado na data ser definida pela Comissão, obedecendo um cronograma de trabalhos.

2.4. Para a perfeita execução dos serviços deverão ser utilizados:

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS
03 (no mínimo)	CÂMERA DE FILMAGEM com possibilidade de ajuste prévio e gravação da data e hora durante todo o processo.
02	APARELHO DE TELEVISÃO colorida com tamanho mínimo de 20 polegadas, para

	transmissão simultânea das imagens geradas nas câmeras de filmagem das urnas.
01	APARELHO DE TELEVISÃO colorida com tamanho mínimo de 29 polegadas para transmissão das imagens geradas, do ambiente e das urnas.

2.5. Cronograma dos trabalhos:

DIA	HORÁRIO	LOCAL / DEPENDÊNCIA	TRABALHOS
Data a definir	A definir	Auditório do TRE	Treinamento simulado com a equipe de apoio – Verificar posicionamento dos equipamentos de filmagem.
06.10.12 (sábado)	A partir das 12 h	Auditório do TRE	Instalação dos equipamentos de filmagem deverá estar concluída até 19 h.
07.10.12 (domingo)	07 às 17 h	Auditório do TRE	Realização da votação paralela.
07.10.12 (domingo)	*a partir das 17 h (até a conclusão dos trabalhos)	Auditório do TRE	Apuração do Resultado.

2.6. Filmagens das Urnas Eletrônicas

2.6.1. Serão utilizadas duas urnas eletrônicas.

- a) Cada urna eletrônica será filmada por no mínimo uma câmara exclusiva (total de 02 câmaras para as urnas);

b) As câmeras serão operadas por pessoa indicada pela empresa contratada.

2.6.2. Os requisitos exigidos para prestação do serviço são:

QUANTIDADES DE CÂMERAS	02 (duas) no mínimo, com possibilidade de ajuste prévio e gravação da data e hora durante todo o processo.
QUANTIDADE DE OPERADORES DE CÂMERA	01 (um)
GRAVAÇÃO DA IMAGEM	<p>1) Cada câmera deverá estar voltada diretamente para o terminal do eleitor da urna eletrônica, focando a área do monitor e o respectivo teclado, permitindo a gravação e visualização efetiva do que está sendo digitado no teclado e demonstrado na tela da urna;</p> <p>2) A imagem gerada deverá conter a Data e Hora, de acordo com o horário oficial local no formato "99/99/9999 99:99", de modo a não comprometer a visualização do terminal do eleitor (teclado e tela);</p> <p>3) A imagem deve ser gravada de forma contínua em formato SVHS (ou outro formato com definição superior) de forma que, caso necessário, se possa recuperar os dados imediatamente após o término dos trabalhos.</p>
PERÍODO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	1) Presença de representante da empresa contratada no dia do treinamento simulado, no horário a ser definido pela Comissão da Paralela, alguns dias antes do dia das

	<p>eleições;</p> <p>2) Dia 06/10/2012, dia anterior à gravação, a partir das 12:00 h, sob a orientação do presidente da Comissão de Auditoria deverá ser feita à instalação de todos os equipamentos que envolvem este serviço no ambiente determinado pelo TRE-TO. Após esta instalação deverá ser executado um teste de funcionamento que englobe todos estes equipamentos, os quais não poderão ser desmontados até o final dos trabalhos no dia seguinte;</p> <p>3) Dia 07/10/2012, das 06:00 às 18:00 (o horário final poderá prolongar-se a critério do Presidente da Comissão de Auditoria, até a conclusão dos trabalhos)</p>
LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	Nesta capital, condicionado o local à designação prévia deste Tribunal.
FIXAÇÃO DA CÂMERA	As câmeras que filmarão as urnas deverão estar posicionadas de forma fixa (tripé).
GRAVAÇÃO DE SOM	Cada câmera que estiver filmando as urnas, será gravado simultaneamente o som da voz de um operador da urna, através de um microfone <i>headset</i> (sem fio).
ILUMINAÇÃO	A contratada deverá prover iluminação auxiliar suficiente para garantir a qualidade da imagem que estará sendo gravada, de forma a manter a clareza do que esta sendo digitado e visualizado no terminal do eleitor da urna eletrônica.
MÍDIAS DE VÍDEO A SEREM ENTREGUES AO FINAL DOS TRABALHOS	<p>a) <u>Características</u>: DVD;</p> <p>b) <u>Quantidade</u>: Deverão ser entregues</p>

	DVD's em número necessário para todo o período da gravação; c) <u>Identificação</u> : Todos os DVD's deverão conter identificação, fazendo referência ao número do patrimônio da urna que está sendo filmada e ao horário de gravação no formato: "Patrimônio: 999.999. Gravação das 99:99 às 99:99".
APARELHO DE TV	02 (dois) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo de 20 polegadas, para transmissão simultânea das imagens geradas um para cada câmera.
CONTIGÊNCIA	Caso haja problema com quaisquer dos equipamentos utilizados, que impeça que a filmagem, monitoramento e/ou gravação possa ser realizada, o(s) mesmos(s) deverá(ão) ser substituídos(s) num prazo máximo de 15 minutos.
LAYOUT	A disposição das câmeras, televisores, equipamentos de gravação, etc, deverá obedecer ao diagrama a ser disponibilizado por esse Tribunal.

2.7. Filmagem do Ambiente

2.7.1. Deverá ser instalada no mínimo 01 (uma) câmera para filmar todo o ambiente dos trabalhos.

2.7.2. Os requisitos exigidos para a prestação do serviço são:

QUANTIDADES DE CÂMERAS	01 (no mínimo)
QUANTIDADE DE OPERADORES DE CÂMERA	01 (um), podendo ser o mesmo operador das câmeras das urnas
GRAVAÇÃO DA IMAGEM	a) As câmera(s) será(ão) posicionada(s) de

	<p>forma que a filmagem abranja todo o ambiente, registrando todas as ocorrências;</p> <p>b) A imagem deve ser gravada de forma contínua em forma SVHS (ou outro formato com definição superior) de forma que, caso necessário, se possa recuperar os dados imediatamente após o término dos trabalhos.</p>
PERÍODO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	<p>a) Presença de representante da empresa contratada, MP, do treinamento simulado, no horário a ser definido pela Comissão da Votação Paralela, alguns dias antes do dia eleições;</p> <p>b) Dia 06/10/2012, dia anterior à gravação, a partir das 12:00h, sob a orientação de presidente sob orientação da Comissão de Auditoria deverá ser feita à instalação de todos os equipamentos que envolvem este serviço no ambiente determinado pelo TRE-TO. Após esta instalação deverá ser executado um teste de funcionamento que englobe todos estes equipamentos, os quais não poderão ser desmontados até o final dos trabalhos no dia seguinte;</p> <p>c) Dia 07/10/2012, das 06:00 às 18:00 (o horário final poderá prolongar-se a critério do Presidente da Comissão de Auditoria).</p>
LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	Nesta Capital, condicionado o local à designação prévia deste Tribunal.
FIXAÇÃO DA CÂMERA	A(s) câmeras deverá(ão) estar posicionada(s) de forma fixa (tripé)
ILUMINAÇÃO	A contratada deverá prover iluminação auxiliar suficiente para garantir a qualidade da imagem que estará sendo gravada.

MÍDIAS DE VÍDEO A SEREM ENTREGUES AO FINAL DOS TRABALHOS	<p>a) <u>Características</u>: DVD;</p> <p>b) <u>Quantidade</u>: Deverão ser entregues DVD's em número necessário para todo o período da gravação;</p> <p>c) <u>Identificação</u>: Todos os DVD's deverão conter identificação, fazendo referência ao número do patrimônio da urna que está sendo filmada e ao horário de gravação no formato: "Patrimônio: 999.999. Gravação das 99:99 às 99:99".</p>
APARELHO DE TV	Um aparelho de televisão colorido com tamanho mínimo de 29 polegadas, para transmissão simultânea das imagens de todas as câmeras (ambiente e urnas), através da utilização de multiplexador e/ou recurso PIP que suporte todas as imagens.
CONTINGÊNCIA	Caso haja algum problema com quaisquer dos equipamentos utilizados, que impeça a filmagem, monitoramento e/ou gravação possa(m) ser realizada(s), o(s) mesmo(s) deverá(ão) ser substituído(s) num prazo de 15 minutos.
LAYOUT	A disposição das câmeras, televisores, equipamentos de gravação, etc., deverá obedecer ao diagrama a ser disponibilizado por este Tribunal.

2.8. Disposições Gerais

- a) Antes que seja realizada qualquer operação que resulte na parada do procedimento de filmagem (ex. troca de mídia), o Presidente da Comissão de Auditoria deverá ser comunicado, para que os trabalhos sejam momentaneamente suspensos;

- b) Durante a substituição deverão ser gravadas ao final de cada mídia, o horário e o número seqüencial da última cédula votada;
- c) Encerrados os trabalhos, e depois de identificadas, as mídias deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Auditoria, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida);
- d) A contratada deverá providenciar os equipamentos e/ou acessórios necessários para garantir a continuidade das filmagens durante todo o período de execução dos trabalhos, mesmo com a falta de energia elétrica (ex. gerador, no-break, bateria, etc.);
- e) A contratada deverá fornecer todo o material a ser utilizado na filmagem, monitoramento e produção, tais como: câmeras, televisores, microfones, mídias, baterias, carregadores e outros que se fizerem necessários;
- f) A contratada providenciará os meios necessários para garantir a gravação e armazenamento dos vídeos descritos neste contrato, buscando meios redundantes de gravação e armazenamento de forma a contingenciar qualquer indisponibilidade técnica nos equipamentos de gravação e visualização.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 receber e conferir os serviços realizados dentro das especificações estabelecidas, recusando no todo ou em parte se houver irregularidades;

4.2 promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993 e o Item 5 do Termo de Referência;

4.3 anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

4.4. efetuar o pagamento à Contratada conforme convencionado;

4.5 acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato a ser firmado, por meio da Comissão de Votação Paralela formalmente designada.

4.6 Dotar o ambiente onde serão realizadas as filmagens da estrutura necessária para que a contratada possa desenvolver a contento os serviços objetos deste Contrato;

4.7 As demais obrigações do contratante encontram-se especificadas no Termo de Referência (ANEXO I).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 arcar com todos os ônus diretos e indiretos, decorrentes do cumprimento das obrigações para a execução dos serviços objeto deste contrato;

5.2 cumprir integralmente o que estabelece o Anexo I - Termo de Referência, bem como a sua proposta;

5.3 não subempreitar parcial ou globalmente o Contrato;

5.4 comunicar ao Tribunal Regional Eleitoral toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução do Contrato;

5.5 disponibilizar materiais, equipamentos e técnicos de acordo com os quantitativos mínimos exigidos no Termo de Referência – Anexo I;

5.5.1 a contratada deverá fornecer todos os materiais e equipamentos a serem utilizados na filmagem, monitoramento e produção, tais como: câmeras, televisores, microfones, mídias, baterias, recarregadores e outros que se fizerem necessários.

5.6 realizar a gravação das imagens de acordo com o layout e orientações dos integrantes da Comissão de Votação Paralela e Termo de Referência – Anexo I.

5.7 providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Comissão de Votação Paralela.

5.8 realizar a instalação e execução de teste de funcionamento dos equipamentos no dia 06/10/2012.

5.8.1 após a realização dos procedimentos descritos no item 5.8, os equipamentos deverão permanecer no referido local e somente poderão ser desmontados quando concluídos os serviços objeto dessa licitação.

5.9 estar ciente que a prestação dos serviços no dia 07/10/2012 será realizada das 06:00 às 18:00 horas, contudo, caso seja necessário, esse prazo poderá ser prolongado, a critério do Presidente da Comissão de Auditoria, até a conclusão dos trabalhos.

5.9.1 o serviço de montagem dos equipamentos de filmagem para o dia da eleição deverá estar concluído até as 19 horas do dia anterior (06/10/2012-sábado) e os trabalhos ocorrerão durante todo o dia 07/10/2012, até o completo encerramento.

5.10 disponibilizar equipamentos e acessórios sobressalentes que garantam a perfeita execução dos serviços.

5.10.1 a contratada providenciará os meios necessários para garantir a gravação e armazenamento dos vídeos descritos neste edital, buscando meios redundantes de gravação e armazenamento de forma a contingenciar qualquer indisponibilidade técnica nos equipamentos de gravação e visualização.

5.10.2 a contratada deverá providenciar os equipamentos e/ou acessórios necessários para garantir a continuidade das filmagens durante todo o período de execução dos trabalhos, mesmo com a falta de energia elétrica (ex. gerador, no-break, bateria, etc.).

5.10.3 caso haja algum problema com quaisquer dos equipamentos/materiais utilizados, que impeçam que a filmagem, monitoramento e/ou gravação possam ser realizadas, o(s) mesmo(s) deverá(ão) ser substituído(s) num prazo de 15 minutos.

5.10.4 antes que seja realizada qualquer operação que resulte na parada do procedimento de filmagem (ex. troca de mídia), o Presidente da Comissão de Auditoria deverá ser comunicado, para que os trabalhos sejam momentaneamente suspensos.

5.11 indicar representante para atender às convocações do TRE-TO durante a execução do Contrato.

5.11.1 quando convocado para dirigir-se à sede do TRE, o representante terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para atendimento.

5.11.2 participar, quando convocado por representante do TRE, de treinamento simulado, em data a ser posteriormente definida.

5.12 proceder a eventuais substituições de empregados, caso seja solicitado pela Comissão de Votação Paralela.

5.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

5.14. As demais obrigações estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº XX/2012, partes integrantes deste instrumento de contrato, independente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA se compromete a não manter ou contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por

afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1. A despesa com a execução do presente Instrumento correrá, no período de sua vigência, à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União ao **CONTRATANTE**, no Programa de Trabalho – **02.061.0570.4269.0001- Pleitos Eleitorais – Nacional – PTRES: 000421**, e Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.59 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – **Serviços de Áudio, Vídeo e Foto**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR

7.1. Pela execução dos serviços a Contratante pagará à Contratada o valor de **R\$ X.XXX,XX** (XXXX) .

7.2 O pagamento à contratada será efetuado em moeda corrente, através de Ordem Bancária na Conta Corrente nº XXXX, Agência nº XXXX, do Banco XXX, em até 5 (cinco) dias úteis após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelos integrantes da Comissão da Votação Paralela.

7.3 Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas.

7.4 Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante do SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura cópia do comprovante respectivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ao **CONTRATANTE** fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se no ato da entrega do material, este não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetivado após a verificação da regularidade da **CONTRATADA** junto à Seguridade Social – CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF e à Fazenda Federal, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Na vigência da presente contratação não haverá reajustes sobre valores contratados.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1. No interesse do **CONTRATANTE**, e nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, os serviços objeto desta contratação poderão ser alterados aumentando-se até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, mediante autorização e assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 O atraso injustificado para o início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) em caso de atraso de até 02 (duas) horas em relação ao horário estabelecido para a instalação e teste de funcionamento dos equipamentos, multa de 2% (dois por cento) por hora de atraso calculado sobre o valor do contrato.

- b) o atraso superior a 02 (duas) horas poderá ser considerado como inexecução total da obrigação.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, atrasos, omissão ou outras falhas, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.4 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

10.5 As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

11.1. A fiscalização e acompanhamentos dos serviços ficarão a cargo dos membros da Comissão da Votação Paralela, designados pela Portaria/DG/TRE nº XX/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O presente Instrumento poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei N. 8.666/93;

II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicialmente, nos termos da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.3. O presente Contrato vigorará, da sua assinatura, até **31 de outubro de 2012**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.5. Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar, a sua custa, a publicação do extrato deste Instrumento no Diário Oficial da União, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixado o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, conforme art. 55, Parágrafo 2º da Lei n. 8.666/93.

16.2. E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Termo em 02(duas) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à **CONTRATADA**, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes abaixo.

Palmas/TO, _____ de _____ de 2012.

Pelo **CONTRATANTE**:

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO

Diretor-Geral– TRE/TO

TEODORMIRO FERNANDES AMORIM

Secretário de Administração e Orçamento – TRE/TO

Pela **CONTRATADA**:

XXXXXX XXXXXXXX

Representante da Contratada